

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ELDER LEVI DA LUZ MARTINS

Turismo e Transformação no Litoral Paulista: o caso de Bertioga e Prainha Branca

São Paulo

2021

ELDER LEVI DA LUZ MARTINS

Turismo e Transformação no Litoral Paulista: o caso de Bertioga e Prainha Branca

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2021

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o contexto histórico do surgimento do turismo de massa no litoral paulista, a fim de mostrar as transformações nesse fragmento de território , com foco no município de Bertioga e na Comunidade da Prainha Branca, que está no município do Guarujá. Além disso, apresentar as ações do Estado e do capital privado os quais fomentaram o desenvolvimento urbano destas localidades e de sua atual condição turística da Baixada Santista, bem como as medidas tomadas para manter a região com tais características.

Palavras-Chaves: Turismo, Turismo de Base Comunitária, Transformação do Espaço

Sumário

Introdução.....	5
1. Capítulo 1 – Notas introdutórias sobre o desenvolvimento do turismo.....	6
1.1-O turismo e a invenção do tempo livre.....	7
1.2 – O turismo litorâneo.....	9
2. Capítulo 2 – A transformação do espaço através do turismo.....	11
2.1 – A integração do território.....	12
2.2 – Segundas residências.....	13
3. O desenvolvimento do turismo na Prainha Branca.....	15
3.1 – A Prainha Branca e o turismo de base comunitária.....	20
Considerações Finais	23
Bibliografia.....	24

INTRODUÇÃO

Devido ao fato de ser um grande apreciador e freqüentador assíduo do litoral paulista do município de Bertioga, além de desfrutar todo o desenvolvimento turístico que a cidade proporciona, surgiu durante a graduação o interesse no estudo do desenvolvimento da atividade turística na região, bem como a busca pela compreensão de como estas atividades modificaram e afetou sua população. Considerando as dificuldades de elaboração desta pesquisa devido a presente pandemia de COVID-19 e, por conta dela, a impossibilidade de realização de trabalho de campo, o foco do trabalho é uma análise bibliográfica dos eventos, políticas públicas relacionadas e eventos históricos importantes para a compreensão da Geografia envolvida.

Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística na Prainha Branca, considerando sua relação com os municípios de Bertioga e Guarujá.

Para uma melhor análise e compreensão, este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro, baseado em uma análise de momentos históricos centrais para o entendimento sobre o advento e importância de cada fator que fundamenta a estrutura do turismo como conhecemos hoje. Após tais aspectos, o capítulo segundo apresentará os elementos materiais que constituem a formação da infraestrutura do litoral paulista, utilizando como exemplo o desenvolvimento da cidade de Bertioga, que acarretou em uma transformação profunda com relação à forma de tratamento do território e a maneira a qual o capital fomenta a transformação do espaço, a fim de lhe favorecer e se reproduzir. Por fim, o terceiro capítulo tratará sobre as relações existentes entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Comunidade da Prainha Branca, no município de Guarujá, as modificações da estrutura do local com o objetivo de atendimento ao fluxo turístico crescente na região a partir da década de 1980.

Capítulo 1 – Notas introdutórias sobre o desenvolvimento do turismo

O turismo se mostra como uma forma de ruptura entre a vida cotidiana, uma forma de descolamento espacial e consumo do espaço. O deslocamento humano, caracterizado pelas necessidades anteriores ao século XIX, não deve ser tratada como uma forma de Turismo. Tendo como base esse fato iniciamos os estudos sobre o turismo deste trabalho com uma análise histórica de como esse fenômeno surgiu em nossa sociedade.

Após o período de Revolução Agrícola, Financeira e Industrial, junto a necessidade de reafirmar a superioridade da aristocracia inglesa, fortaleceu-se a idéia de que a formação intelectual dos jovens, no final do século XVIII, dependia do conhecimento de novos locais. Dessa forma, as viagens tinham a finalidade de conhecer o patrimônio histórico e arquitetônico europeu, que posteriormente mais tarde começaram a ser chamadas de Tours ou Grand Tour .

“O turismo nem sempre existiu. O fenômeno designado, na época romântica, por uma nova palavra, por um neologismo, decorre de *The Tour*, termo que, apesar da aparência, não era compreendido pela ‘Europa Francesa’ do Século 18. *The Tour*, fenômeno original, nasceu e se desenvolveu na Inglaterra do século 18 que fez todas as Revoluções: industrial, agrícola, financeira. Acrescentamos a Revolução Turística; os aristocratas, os rendeiros de terra, que concentravam as honras, ameaçados de perder uma parte de seu poder em proveito da burguesia ascendente, entenderam distinguir-se ao exaltar os valores da gratuidade: a riqueza ociosa, (...) viagens sem obrigação e para os jovens educados nos melhores colégios, educação” recebia seu acabamento com *The Tour*.” (BOYER, 2003, p.39)

O turismo surge, portanto no século XIX juntamente com os avanços das condições técnicas de transportes, que já haviam integrado boa parte do território europeu devido à revolução industrial. Fomentando as invenções dos lugares e das práticas turísticas, mesmo que ainda se tratem de uma forma elitista de atividade econômica.

Um momento histórico relativo ao início da dinâmica da popularização do turismo a primeira excursão organizada por Tomas Cook em Junho de 1841, transformando assim toda a lógica de viagens existentes até o momento, quando se passa de uma lógica de necessidade para a ideia de lazer. Com o tempo, inicia-se a transformação de uma necessidade humana em uma mercadoria, onde o principal objetivo é o consumo do espaço. Todavia, o turismo com as características conceituais, materiais que conhecemos atualmente (férias, hotelaria, pacote de viagens...) e o valor cultural dado é o resultado de uma sociedade capitalista industrial.

“De facto foi nestes dois últimos séculos que, lentamente, se acumularam as condições (culturais, materiais e organizativas) que permitiram ao turismo conquistar a alargada base social que hoje o caracteriza a passar a participar efectivamente nas rotinas da vida familiar. Foi a nova ordem social, econômica e cultural instalada pela revolução Industrial que possibilitou, em última análise, o desenvolvimento do turismo moderno.” (HENRIQUES, 1996, p. 28)

A difusão de uma “cultura turística” surge através de uma imitação da prática das altas camadas da sociedade. Uma imitação que poderia ser feita apenas pelo extrato social imediatamente abaixo dos que usufruíam da possibilidade de ser um turista, demonstrando assim, desde o início, a característica elitista do turismo.

1.1- O turismo e a invenção do tempo livre

Para a compreensão do turismo da forma como o entendemos atualmente, é necessário analisar como se deu a invenção do tempo livre, para que esta forma de consumo se instale em grandes proporções. O tempo livre se apresenta de forma dialética com o trabalho, considerando a sua forma capitalista.

A partir do processo de industrialização, a lógica do trabalho e a noção de tempo livre se alteram de forma a favorecer as atividades turísticas. Por mais que o turismo até os dias atuais se mostre como uma atividade humana desigual e excludente, a partir do século XX, as camadas sociais, imediatamente abaixo dos aristocratas e grandes burgueses, tem a possibilidade de praticar viagens com fins recreativos como funcionários públicos de alto escalão, oficiais militares e funcionários industriais de gerência.

Ao mesmo tempo a natureza do entendimento de trabalho foi alterada com a Revolução Industrial, deixa de ter a relação com a idéia de castigo/ tormento presente na origem latina. A partir disso e junto com as críticas realizadas pelas massas operárias, a forma de trabalho pós revolução industrial começa a sofrer progressivas alterações com o passar das décadas. Com as alterações que surgem nas noções de tempo extra-laboral e moralização do não-trabalho, deixando assim de ser tratado como um tempo de ócio ou improdutividade, iniciando uma idéia de descanso merecido, conforme afirma Henriques (1996).

O tempo livre deixava assim de ser visto como período de vícios e improdutividade para passar a ser entendido, progressivamente, como necessidade (recuperação das forças), recompensa pelo esforço laboral ou estímulo à produção. (HENRIQUES, 1996, p. 30)

Os países mais industrializados começaram a apresentar as mudanças da diminuição do tempo de trabalho ao longo do século XIX.

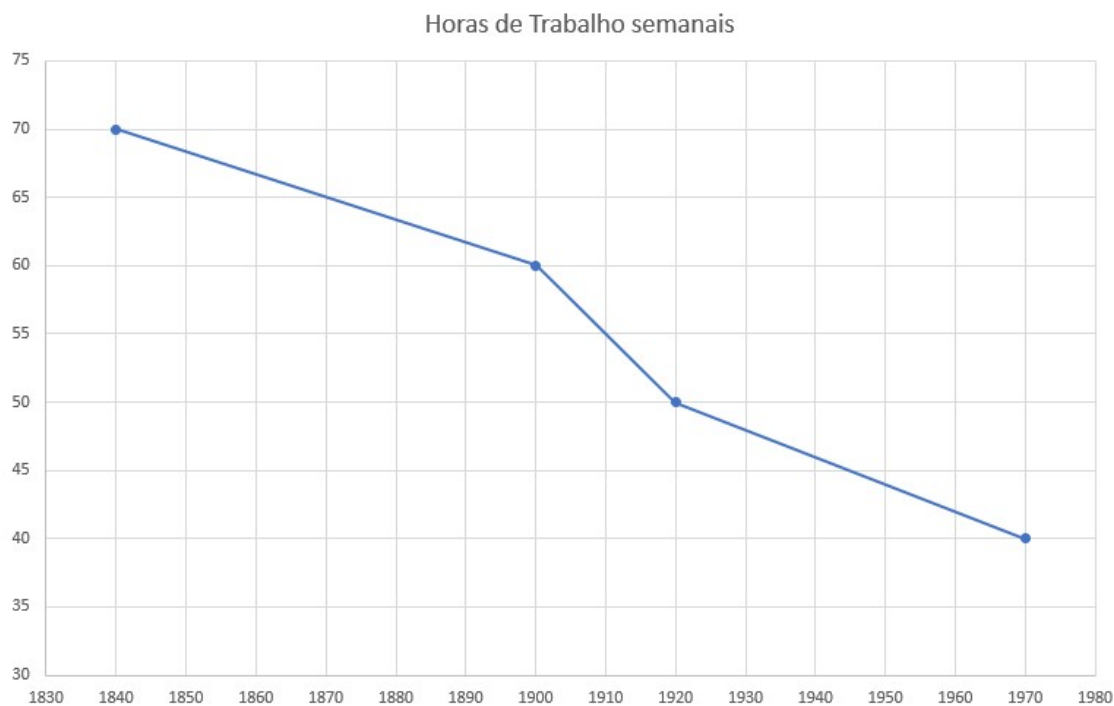


Figura 1- Evolução da duração de semana de trabalho nos EUA entre 1840-1970 - Adaptado de Henriques (1996, p.31)

O gráfico representa dados históricos quanto a diminuição ao longo das décadas das horas de trabalho nos EUA. Este país é utilizado como exemplo por ser historicamente um dos precursores da industrialização mundial; pois embora as especificidades de cada região e suas políticas econômicas tenham tornado o ritmo da diminuição da jornada de trabalho mais lenta ou mais rápida, em geral, os países capitalistas acabaram por seguir tendências semelhantes às tomadas pelos EUA. (HENRIQUES, 2017). O aumento gradativo do tempo extra laboral conquistado pelo trabalhador e o desenvolvimento de uma lógica de consumo das atividades turísticas demonstra como tempo livre, e o seu uso, estão profundamente relacionadas com o modo de produção industrial. Todavia o discurso do tempo livre está arraigado com o desenvolvimento de tecnologias que aumentaram a capacidade de produção, assim o atendimento de reivindicações do proletário está correlacionado com a necessidade do capital de consumo.

Foi o culminar do processo iniciado no século XIX, de ajustamento dialético entre a moral dominante e as novas condições da economia e da sociedade: ao mesmo tempo que se admitia a universalidade do direito ao descanso, assegurava-se a sobrevivência do sistema e das relações de produção e poder estabelecido. (HENRIQUES, 1996, p. 33)

Essa diminuição das jornadas de trabalho só se mostra efetivamente no contexto de trabalho industrial urbano, a lógica de trabalho em áreas rurais se apresenta de forma menos

significante, mas mesmo assim há diminuição após a modificação da lógica global de trabalho. A mudança para o proletário acontece efetivamente no ano de 1936 com a conquista do direito de férias remuneradas para os trabalhadores de todas as classes. Sendo assim, a invenção das férias realiza a necessidade paradoxal do sistema de produção capitalista de regular todos os aspectos da vida cotidiana. Finalmente encontrando um ponto de equilíbrio em manter o indivíduo conectado e fiel ao ciclo de produção e reprodução do capital.

A atividade turística que se mostrava, até então, como uma prática elitista, agora pode ser desfrutada pelas camadas mais populares da sociedade, esse turismo de massa apresenta um crescimento excepcional no período da pós-Segunda Guerra Mundial. Os chamados “trinta Gloriosos” (1945-1975) são caracterizados por um crescimento do poder aquisitivo da população, juntamente com um maior desenvolvimento rodoviário e popularização do uso de automóveis. Como afirma Boyer (2003), dois fenômenos reuniram-se para fazer o turismo de massa contemporâneo: o fenômeno de prática e da invenção elitista e o fenômeno que produziu o tempo livre, a partir do tempo social.

1.2 – O turismo litorâneo

A partir dessa breve introdução da história do surgimento do turismo como prática social, se torna necessário compreender como o espaço começa a ser vendido como mercadoria. As transformações do espaço em mercadoria, sobretudo no contexto turístico necessita ser analisada em situações cada vez mais específicas a fim de compreender os estudos propostos por esse trabalho. Deve ter início na compreensão do desenvolvimento da ideia de consumo do espaço litorâneo como mercadoria e a modificação da imagem que se tinha do mar, a qual passa de um local de perigo para um ambiente de lazer.

Essa ideia negativa do mar existia desde o período das grandes navegações, em que os perigos e desastres narrados, foram transmitidos pelos séculos seguintes.

O olhar dirigido ao litoral marítimo do início do século XVIII, mantém o temor pelo mar e a repulsa por suas praias e ao mesmo tempo contempla-o com admiração suas paisagens litorâneas, e dessa forma o ‘desenho de um novo prazer’ passou a ser cultivado pela sociedade ocidental, enunciando a vontade de afrontar com o corpo e o poder das ondas e de experimentar o sensível frescor da areia. (CORBIN, 1989. p 64)

Esse cenário começa a ser modificado a partir do desenvolvimento das atividades turísticas litorâneas, com o objetivo de compreender melhor toda a mística na qual o ambiente

marítimo era envolto. Sobretudo, desbravado por artistas, poetas, pintores e aventureiros, os quais se referiam a ele como um ambiente purificador da alma e aliviador das angústias da vida moderna. Posterior a isso, o surgimento de indicações médicas e higienistas de tratamentos com as águas geladas do mar, inclusive, na Europa esta nova modalidade terapêutica se torna amplamente disseminada.

A relação estabelecida entre as elites europeias e o litoral marinho no século XIX mostrou a distinção social que passou a fazer parte deste espaço. O desenvolvimento do capitalismo e a emergência de novas fontes de poder econômico introduziram mudanças nas relações sociais, elegendo novos hábitos e práticas nos espaços naturais, como o contato com os banhos de mar e o desejo de estadia a beira mar, transformando a praia em local de exposição dos comportamentos da elite, ou seja, a ‘prática civilizada’ dos banhos. (ENKE, 2017. p.173)

O crescimento do desejo por desfrutar momentos em regiões à beira-mar, iniciou uma nova fase de ocupação litorânea favorecida pela facilitação de acesso através das malhas ferroviárias que melhor integravam o território, assim também facilitando o acesso de novas classes sociais (proletários). O uso da praia para fins terapêuticos coexistia com as atividades voltadas ao lazer e às práticas higienísticas, tanto por recomendações médicas, quanto para o desfrute das novas conquistas de tempo livre dos trabalhadores (folgas e férias remuneradas) as quais fomentaram uma crescente exponencial do desenvolvimento urbano e de infraestrutura das regiões litorâneas.

Dessa forma, médicos e higienistas, através do conhecimento científico, passaram a prescrever às novas práticas dos banhos de mar a seus pacientes. A sociabilidade terapêutica tomou forma, não apenas em tratamentos médicos, mas passou a levar famílias inteiras a desfrutarem dos banhos, unindo a melhoria da saúde ao bem estar oriundo do estabelecimento de redes de relações entre os frequentadores das estações balneares. (ENKE, 2017, p.186)

Sendo assim, podemos compreender a partir desta ideia, o surgimento do fenômeno turístico, as transformações do espaço litorâneo pelo capital e a favor dele. Uma necessidade produzida a partir da invenção do tempo livre numa lógica urbana capitalista, na qual, até mesmo este tempo, deve ser destinado ao consumo, através da negação da própria natureza urbana e exigindo um deslocamento para aproveitar a vida em locais diferentes dos cenários do dia-a-dia. Como afirma Carlos, no contexto espacial, Estado e capital se aliam no sentido de construir os “novos lugares” e sua “nova imagem” capazes de produzir lugares e, as representações necessárias à indústria do consumo.

Desta maneira que o turismo atual se instala da forma em que conhecemos. Consolidado como uma atividade econômica a qual surge a partir da transformação das lógicas de produção e de consumo e se modifica em uma atividade econômica altamente lucrativa, se afirmando como fundamental no cotidiano da vida humana.

Capítulo 2 – A transformação do espaço através do turismo

Para uma abordagem mais próxima de nosso cotidiano, utilizaremos o exemplo da relação existente na transformação do território brasileiro, com foco voltado para o desenvolvimento urbano e turístico do município de Bertioga, e, posteriormente, a compreensão das modificações ocorridas na comunidade Caiçara, tradicional da Prainha Branca localizada em sua periferia, mas pertencente ao município de Guarujá. Mesmo que o objetivo final não pertença ao mesmo município de estudo, as relações econômicas e de transformação do espaço se mostram de forma indissociável.

Por mais que a história de Bertioga remonte ao início do período de colonização do Brasil, este capítulo visa principalmente os fatos ocorridos no século XX, para compreender a situação atual em que a região se encontra. Tendo sua primeira residência de veraneio construída em 1917, por Vicente de Carvalho (conhecido poeta da região de Santos), a fim de abrigar sua família nos momentos de descanso, foi vendida após sua morte, em 1937, ao então senador José Erminio de Moraes o qual destinou a residência ao mesmo fim(SABINO 2007)

Devido ao seu relativo isolamento, José Erminio de Moraes, também grande empresário brasileiro, construiu, por conta própria, a conexão entre Bertioga e Guarujá, no ano de 1940, facilitando assim a acessibilidade ao município de Bertioga às regiões mais urbanizadas de Santos e Guarujá.

Ainda na década de 1940, José Erminio de Moraes fundou a Companhia Urbanística de Bertioga para abrir seus primeiros loteamentos e, posteriormente, ao lado de diversos acionistas, criou a Praias Paulistas S.A, a qual atraiu diversas construtoras e imobiliárias por já terem loteado as áreas adjacentes no ano de 1947.

Os atores hegemônicos da produção do espaço ainda são Estado e mercado. Embora ao longo da história do modo de produção capitalista mudanças profundas tenham ocorrido nos papéis desempenhados por um e por outro, ambos continuam sendo ordenados daquele processo. (CRUZ, 2007 p.10)

Este fato histórico demonstra como o capital privado pode se mostrar presente na produção do espaço e, em algumas situações, se torna fundamental para o mesmo. Mostrando-se como plano de fundo, sobretudo no turismo, para a obtenção das vontades de poderes hegemônicos, a fim de reprodução do capital. Em uma sociedade onde o turismo e o lazer são

adquiridos a partir do consumo do espaço como mercadoria, relacionados como valor de troca com o cotidiano em uma visão capitalista, a fim de reproduzir o próprio capital. Desta forma, o turismo se torna um agente de transformação do espaço.

2.1 A integração do território

As políticas de integração do território brasileiro ao decorrer do século XX vêm na pratica crescente do turismo uma possibilidade para impulsionar a economia de certas regiões. No caso do litoral paulista as atividades turísticas foram fomentadas através da iniciativa privada .

No plano político, a infraestrutura do estado no processo de produção destes ‘ novos lugares’ destinados ao turismo e ao lazer, se realiza através da construção de infraestrutura necessária e, com isso, valoriza os lugares gerando mudanças profundas nos modos de uso do espaço. (CARLOS. 2002. p. 3)

Localizado no estado de São Paulo e próximo a região metropolitana da cidade de São Paulo , o maior pólo gerador de turismo do país, o município de Bertioga tem como uma de suas fronteiras o município de Mogi das Cruzes, uma das principais cidades da região do Alto Tietê. Localização que favorece o deslocamento de suas populações para Bertioga aos finais de semana. Ainda se considerando sua posição geográfica Bertioga se apresenta como uma das portas de entrada para todo o Litoral norte a partir de seu acesso pela SP-098 (SABINON 2007)

A situação apresentada no caso de estudo, o município de Bertioga, demonstra claramente como o Estado pode ser utilizado como um agente de produção do capital, a fim de favorecer as necessidades privadas. Este fenômeno pode ser visto na rodoviarização do território do litoral paulista fomentado pelo Estado, na segunda metade do século XX; quanto à facilitação a circulação se mostrou fundamental para o desenvolvimento de vários lugares. Com o objetivo de responder a emergência da classe média juntamente com a valorização do litoral, anteriormente já discutida, e impulsionar o turismo ao longo da costa.

A inauguração da SP-098, em 1983, demonstra como a relação do Estado com o capital privado se mostrou fundamental para o desenvolvimento da região. Após o loteamento privado realizado nas décadas anteriores, se mostrou fundamental o surgimento de uma nova forma de acesso ao município de Bertioga, a qual foi realizada através do antigo caminho que ligava o município à cidade de Mogi das Cruzes na região metropolitana da capital,

favorecendo o desenvolvimento e o acesso das massas ao litoral paulista. Desta maneira, o turismo se apresenta como uma das principais atividades para a reprodução do espaço, direcionando recursos para lugares possíveis de serem vendidos, seja por qualidade física ou produzidas ao longo há história. (CARLOS. 2002. p. 8)

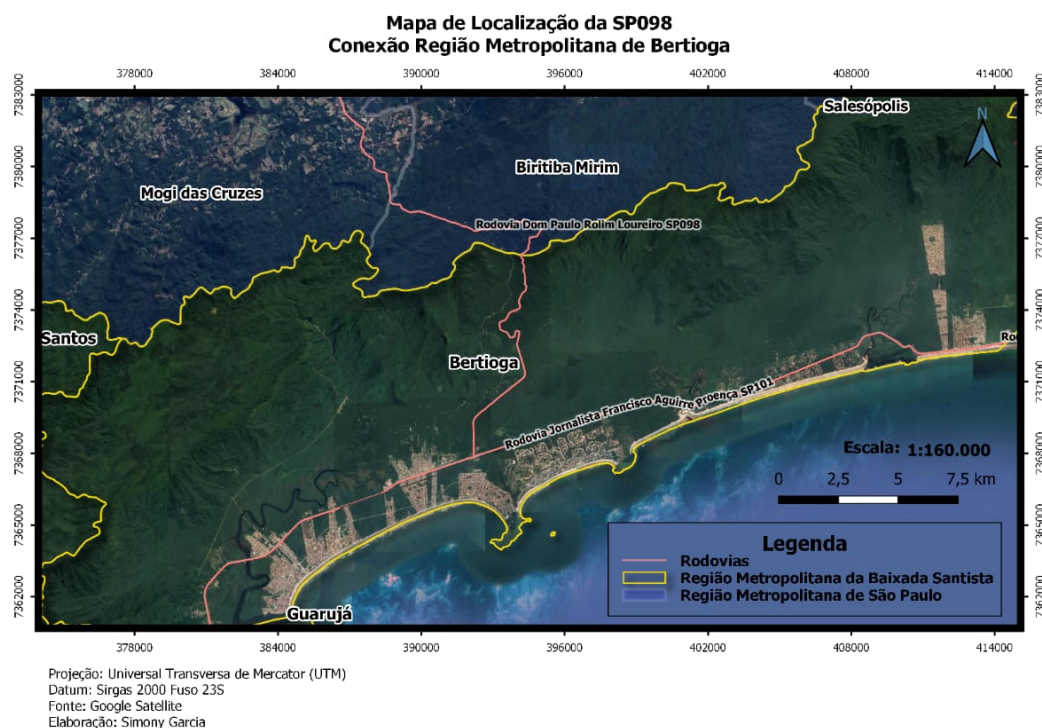


Figura 2- Mapa de Bertioga com destaque para a SP- 098 - Elaborado por Simony Garcia

2.2 – Segundas residências

Essa nova via de acesso ao município de Bertioga concretiza os planos de urbanização e crescimento da cidade imaginados no período de sua compra e loteamento décadas antes. A transformação ocorrida no território e o surgimento de uma nova área para o mercado imobiliário fez com que toda a região se tornasse um pólo de residências secundárias ou domicílios de uso ocasional, a fim de que seus moradores sazonais pudessem desfrutar da praia.

É assim que o turismo, no mundo moderno, se resume a uma atividade econômica que, em função das transformações do processo produtivo, surge com uma atividade alternativa altamente lucrativa que se afirma na esteira da crise dos setores tradicionais de economia e das necessidades, sempre renovadas, da acumulação do capital vinculado ao plano da reprodução – no

momento em que a reprodução do capital atinge novas esferas da vida humana. (CARLOS.2002.p. 4)

Devemos interpretar como residências secundárias locais particulares, utilizados sazonalmente em certa região com finalidade de lazer e que seus proprietários tenham moradia permanente em outro local.

Essa modalidade de habitação foi norteadora para o desenvolvimento da cidade de Bertioga, pois o momento econômico apresentado na década de 1980, juntamente com a conexão recém criada com a região metropolitana de São Paulo, fomentou diversos investimentos por parte da classe média em casas de praia. A estruturação de uma região turística, baseada em segundas residências, faz com que haja algumas características específicas no local. O fato do turista não utilizar estabelecimentos para dormir, como hotéis e pousadas, possibilitando que a infraestrutura local seja direcionada a atender os moradores em suas habitações e necessidades sazonais. Ao mesmo tempo, a segunda residência cria vínculos mais fortes entre o turista e o local, já que a aquisição de um imóvel implica em uma imobilização de capital. (CRUZ, 2007). Estes investimentos em imóveis fazem com que o desenvolvimento de uma melhor infraestrutura de deslocamento venha a ser incentivada com o passar do tempo a fim de acelerar o deslocamento para essas regiões, bem como torná-lo mais confortável.

[...] as residências secundárias têm certa autonomia relativamente ao setor de operação e agenciamento de viagens, mas têm um forte vínculo com o mercado imobiliário que define, na grande parte das vezes, quais são e quais serão as áreas ocupadas por esses imóveis. (CRUZ. 2007. p. 62)

Mesmo que as residências secundárias possam estar presentes em todos os lugares do território e por diversos motivos (vínculo afetivo, trabalho, investimento) é importante ressaltar que, no caso brasileiro, a maioria destas se encontra em municípios litorâneos e são voltadas às atividades turísticas, ainda apresentando uma grande desigualdade entre as regiões do Brasil, sendo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro detentores de 37,24% desses domicílios. (Censo 2000).

Na cidade de Bertioga, as segundas residências são o marco da transformação de seu território e do papel que ela adquire na segunda metade do século XX. Um local que não passava de uma vila até 1950, se transforma após a construção de rodovias, a qual proporcionou melhor acesso a Baixada Santista, sendo viabilizada nas décadas seguintes para vários tipos de loteamentos, demonstrando a nítida relação entre acesso e o fenômeno denominado como

segunda residência. Transformando e produzindo assim o espaço natural de Bertioxa, através dos sujeitos hegemônicos que puderam lotear , à revelia , o município. Levando para o município turistas e uma nova lógica de vida com suas necessidades de consumo e uso do espaço (Sabino. 2007).

Capítulo 3 – O desenvolvimento do turismo na Prainha Branca

O uso pelo turista de um local específico devido ao imóvel adquirido, não suprime a lógica de consumo de novos espaços pelos turistas. Esta relação pode ser enxergada nas relações apresentadas entre os moradores sazonais da cidade de Bertioga e a comunidade da Praia Branca em sua periferia. As condições de isolamento da comunidade, juntamente com o de suas características naturais atrativas, fazem com que muitos, desde a década 1980, com uma crescente ao passar do tempo, explorem suas trilhas e se utilizem da região para uma forma de turismo mais rápida durante um período do dia. Essas mesmas características atraem muitos campistas para a comunidade, a qual vem se modificando e se adequando à nova demanda de seus visitantes. Neste ponto, se torna necessário compreender as diferenças existentes entre esses dois grupos, como eles coexistem dividindo o mesmo espaço e as diferentes abordagens que os moradores da Comunidade da Prainha Branca têm para com eles.

Para tanto é fundamental que se compreenda a história da comunidade da Prainha Branca. Relatos históricos da região datam de meados do século XVI, mas para a compreensão dos fenômenos turísticos, partiremos dos acontecimentos do século XX. Localizada a nordeste da Ilha de Santo Amaro, município de Guarujá, na serra de Guararu e em meio a Mata Atlântica, só pode ser acessado por mar ou por uma trilha sinuosa. A formação atual da comunidade da Prainha Branca tem origem no início dos anos de 1900, com uma população tradicional caíçara tanto na composição, quanto nos costumes. Por se encontrar na extrema periferia do Município de Guarujá, a comunidade sempre teve relações mais próximas com a cidade de Bertioga e seu desenvolvimento da infra-estrutura, discutida no capítulo anterior, a qual não atinge diretamente a constituição da comunidade até a inauguração da SP-098, em 1983.

Por se encontrar na divisa com o município de Bertioga, apresenta profundas relações com todas as dinâmicas que lá ocorrem como a inauguração da rodovia SP-098 (Mogi-Bertioga), em 1983, e o desenvolvimento urbano crescente de segundas residências na região, que fomentou o surgimento de um turismo de temporada. Assim, alguns turistas que procuravam uma “aproximação com a natureza” começaram a frequentar a Prainha Branca por ser mais isolada e não urbanizada.

A comunidade da Prainha Branca está localizada na Serra do Guararu, município do Guarujá (SP), a qual é uma das últimas porções de dimensões significativas de Mata Atlântica ainda em bom estado de conservação neste município. A orla da praia tem mais de 1,35km de areia branca, o que dá origem ao nome. O acesso se dá através de trilha de aproximadamente 2 km ou por barco. (CAMPOLI. 2014. p 837)

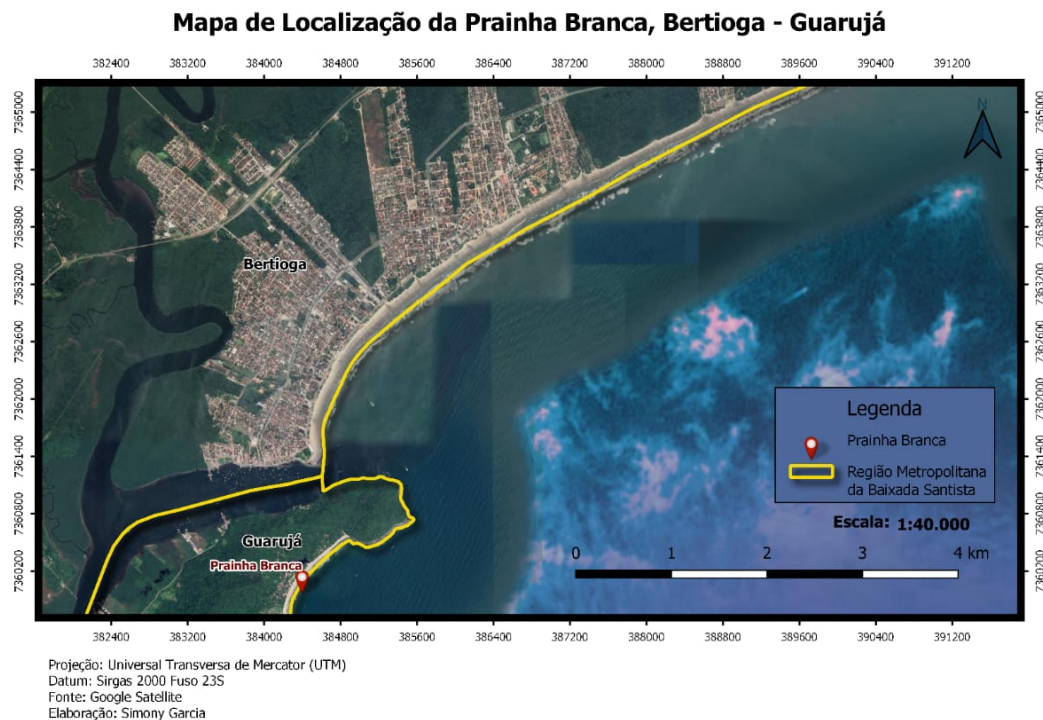


Figura 3- Mapa de Bertioga/Guarujá com destaque na Comunidade da Prainha Branca

Constituída na atualidade por aproximadamente 100 famílias que representam perto de 350 pessoas, a comunidade pode chegar a comportar 4000 pessoas durante os períodos de alta temporada, segundo dados da associação de moradores. As características típicas de uma população caiçara podem ser encontradas em sua história, modo de vida, suas construções. O extrativismo, pesca e agricultura ainda representam uma parte do cotidiano dos moradores da Prainha Branca mas não como elementos principais do modo de vida. O crescimento do turismo na região acarretou em uma transformação profunda na comunidade a ponto de se tornar sua principal fonte de trabalho e renda, o que é evidenciado a partir das estruturas voltadas para atendimento de turistas, como restaurantes, lojas, pousadas e campings.



Figura 5- Entrada da trilha para a comunidade da Prainha Branca. Elder Martins, 2021.



Figura 6 - Notificação de proibições na Comunidade da Prainha Branca . Elder Martins, 2021.



Figura 7- Trilha de acesso para comunidade da Prainha Branca através da Serra do Guararu. Eldr Martins, 2021.



Figura 8- Entrada da comunidade da Prainha Branca. Elder Martins, 2021.



Figura 9- Pequeno comércio destinado aos moradores da comunidade. Elder Martins,2021.



Figura 10- Restaurante destinado ao atendimento de Turistas. Elder Martins,2021.

3.1 – A Prainha Branca e o turismo de base comunitária

Com o aumento da procura turística, a comunidade começa a apresentar diversas transformações, deixa de ter as culturas de lavouras para subsistência como características e inicia as transformações nas atividades do cotidiano a fim de atender cada vez mais os turistas. É assim que o turismo é responsável por grandes alterações no cotidiano dessa comunidade que está instalada no local desde o fim do século XIX. Segundo Carlos:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para multidão amorfa através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas ilusão de evasão. (1996, p. 64).

Por mais que muitos aspectos da Prainha Branca tenham sido transformados nos últimos 40 anos, esta população ainda é reconhecida como Comunidade Tradicional Caiçara de ocupações antigas da Ilha de Santo Amaro e que conservam características históricas e culturais da região pelo plano diretor da cidade do Guarujá.

O entendimento dessa comunidade como um local que ainda mantém suas tradições históricas e sua crescente procura como destino turístico, fez com que existisse um projeto o qual visava instituir a comunidade como um pólo de Turismo de Base comunitária. Por mais que essa tentativa tenha sido amplamente recebida pela comunidade, não foi de fato concretizada porque os aspectos de sustentabilidade necessários para sua instalação não foram possíveis. A forma pela qual o turismo se instalou no local fez com que houvesse um descontrole quanto ao acesso à comunidade e a impossibilidade de manejo e conservação da mesma. Um exemplo claro desta falta de controle são os problemas recorrentes da comunidade com o campismo selvagem.

O reconhecimento de uma série de problemas relativos ao uso de praias paulistas levou a Assembléia Legislativa do Estado e publicar o Decreto 52.388/70, que “Dispõe sobre as praias públicas e dá outras providências” e cujo Artigo 2º prevê que:

Artigo 2.º - Nas praias públicas é terminantemente proibido:
I - a prática de esportes que criem risco ou perturbem os demais usuários, exceto nos locais especialmente delimitados para tal fim, e em horários pré-fixados, estando incluídas entre outras as seguintes modalidades esportivas: futebol, voleibol, tênis de praia, tamborete, "surf"

- e lutas;
- II** - a permanência de animais;
- III** - o trânsito e estacionamento de veículos, exceto em locais especialmente demarcados para tais fins;
- IV** - a aterrização de aviões ou helicópteros, salvo em locais previamente fixados pelos órgãos competentes;
- V** - a instalação de acampamentos, salvo em lugares devidamente reservados para essa prática;
- VI** - o uso de alto-falantes com intensidade de som que ultrapasse os limites fixados em legislação atinente à matéria;
- VII** - o preparo de quaisquer comestíveis;
- VIII** - a venda de bebidas alcoólicas. (Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/80626>. Acesso em 14/09/2021).

Podemos ressaltar ainda que durante a atual crise sanitária devido a Pandemia de COVID 19 a comunidade sofreu com a visita indevida de turistas durante o período da quarentena. A falta de infraestrutura para o acesso à comunidade impossibilitou uma conduta rígida de fechamento das praias por parte da Polícia Militar e Guarda Metropolitana, tornando assim a comunidade um destino adequado para os turistas que desejavam descumprir as medidas sanitárias impostas. Fato que foi denunciado pelo jornal Diário do Litoral no dia 01 de Setembro de 2020, segundo o qual:

Até agora, cinco pessoas - três idosos e dois jovens de 35 e 40 anos (dois de uma mesma família) - já foram vítimas fatais de Covid-19. Os moradores residem próximos e dependem do convívio social para superar a falta de estrutura urbana no verdadeiro paraíso escondido, situado na reserva ambiental da Serra do Guararú. “Os dois guardas municipais não dão conta dos abusos. Estamos tentando pedir reforço às prefeituras das duas cidades. Existe uma base da Polícia Militar que nunca tem policial. Além da pandemia, estamos expostos às drogas e à violência todos os dias do ano”, conta uma moradora, que não suporta mais a situação. Leia mais em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/prainha-branca-em-guaruja-sofre-com-o-coronavirus/137538/>

Este fato demonstra o turismo de uma forma ambígua nas relações do cotidiano, de modo que ao mesmo tempo em que se apresenta uma forma de desenvolvimento para a localidade que é seu foco, também impossibilita fatores da vida cotidiana onde não é permitida a reprodução das relações históricas e culturais.

Figura 11 – Turistas sem máscaras na Prainha Branca (set/2020)



Fonte: Diário do Litoral, 01/09/2020

Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/prainha-branca-em-guaruja-sofre-com-o-coronavirus/137538/>. Acesso em set/2021.

Considerações Finais

As transformações sociais ocorridas desde o século XIX com relação às atividades de trabalho e posteriormente o surgimento da ideia de tempo livre do trabalho são fundamentais para a compreensão do papel que o turismo ocupa em nossa sociedade atual. As quais apontam como a prática de atividades turística passa de um hábito aristocrático do século XVIII para uma atividade capitalista vendida como fundamental na sociedade atual. Ainda temos as relações com o espaço natural e a modificação da compreensão da natureza a fim de favorecer o capital nas práticas turísticas, as quais são abordadas neste trabalho quando se apresenta o histórico do desenvolvimento do turismo litorâneo a partir de recomendações de médicos higienistas a partir dos anos de 1900. Com estes costumes estabelecidos na sociedade européia, rapidamente foram espalhados para as demais sociedades ocidentais, dentre elas a brasileira.

O município de Bertioga se encontra na Baixada Santista e por fazer fronteira com a cidade de Mogi das Cruzes (pertencente a região metropolitana da cidade de São Paulo) se tornou um ponto fundamental para a integração territorial entre a região metropolitana da capital paulista e o Litoral. O loteamento e desenvolvimento da região do município de Bertioga foi resultado da iniciativa privada na primeira metade do século XX juntamente com planos de integração territorial incentivado pelo Estado no mesmo período. Todavia a maior obra de infraestrutura, e que tornou possível o crescimento acelerado de Bertioga, foi a inauguração da Rodovia SP- 098 em 1983. Com loteamentos acessíveis para a classe média houve um crescimento notável de segundas residências na região, tornando assim em poucas décadas a cidade em um polo de desenvolvimento imobiliário. Este mesmo desenvolvimento juntamente com a necessidade constante do turismo em se reinventar a fim de consumir cada vez mais o espaço natural fez com que as áreas adjacentes ao município começassem a ser exploradas, e nesse ponto chegando a atingir a comunidade da Prainha Branca.

A comunidade da Prainha Branca possui uma característica singular no contexto turístico da baixada santista. Sua localização e história de desenvolvimento fizeram com que a comunidade obtivesse uma crescente em suas atividades turísticas ao mesmo tempo em que tenta manter suas tradições como população tradicional Caiçara. A grande procura do local como destino turístico mistificado por suas características naturais fez com que as atividades

cotidianas da Prainha Branca se transformassem para comportar esta demanda. A comunidade ao mesmo tempo em que se beneficia com o desenvolvimento econômico acarretado pelo turismo sofre uma descaracterização de sua cultura pelo mesmo turismo por não possuir controle dos fluxos de pessoas na comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- BOYER, Marc. **A invenção de distinção e a difusão por imitação**. In: BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Florianópolis: Edusc, 2003. Cap. 2. p. 31-47 e 5, p. 85-113.
- BRASIL. **Institui o plano diretor do município de Guarujá e dá outras providências**. Lei complementar nº 156/2013. Guarujá/SP. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-guaruja-sp>
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. 7 - A produção do não-lugar, p. 103-129.
- _____. O turismo e a produção do espaço. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 47-56, jan. 2002.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo.FFLCH, 2007.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. A produção do espaço: ponto de partida e de chegada. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). **Geografia do turismo: de lugares a pseudolugares**. São Paulo: Roca, 2007. Cap. 2. p. 7-14.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). : de lugares a pseudo lugares. São Paulo: Roca, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; SABINO, André Luiz; MOLINA, Fabio Silveira. **Litoral: ócio e negócio à beira mar: estado, mercado e produção do espaço litorâneo no país**. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). **Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. Cap. 6. p. 53-107.
- ENKE, Rebecca Guimarães. **O cenário do vazio: a inserção do lazer no espaço litorâneo europeu**. Historia, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 169-188, jan. 2017.
- HENRIQUES, Eduardo Brito. **DAS ORIGENS DO FENOMENO TURISTICO AO TURISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. In: HENRIQUES, Eduardo

- Brito. **A Lisboa turística entre o imaginário e a cidade**: a construção de uma lugar turístico urbano. São José dos Campos: Colibri, 1996. Cap. 2. p. 26-40
- LEMOS, Amália Ines G. de (org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TULIK, Olga. **Praia de Góis e Prainha Branca**: núcleos de periferia urbana na baixada santista. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1981.
- VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T.. IMPACTOS SÓCIO- AMBIENTAIS NO LITORAL: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do estado do ceará\ brasil. **Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 259-275, jan. 2008.